

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8170 | Salvador, terça-feira, 01.06.2021

Presidente Augusto Vasconcelos

EBALDO PERES - AP



MATHILDE MISSIONEIRO

Bolsonaro nega direito à vacinação e empurra os bancários à morte

Sem vacinação, mortes crescem na categoria

Páginas 2 e 3

O ultraliberalismo e a miséria total infernizam o Brasil

Página 4



CORONAVÍRUS

Bolsonaro nega a vacina

O governo Bolsonaro tem sido péssimo para os bancários. Ignorou o pedido do Sindicato para que a categoria fosse incluída no grupo

prioritário de vacinação contra a Covid-19. O Ministério da Saúde nem sequer deu retorno para as solicitações do SBBA. Descaso. Página 3

Cresce desligamento por morte nos bancos

São 152 óbitos em 3 meses contra 55 em 2020. Fatal

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A **CATEGORIA** bancária continua na luta pela inclusão no PNI (Plano Nacional de Imunização), uma vez que o setor não parou um só dia durante a pandemia. A reivindicação está pautada também no crescimento do número de mortes, que praticamente triplicou no primeiro trimestre do ano, na comparação com mesmo período de 2020.



Funcionários do Banco do Brasil se mobilizam por vacinação

Informação equivocada gera confusão no BB

A **COMISSÃO** de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil tem recebido denúncias de que alguns bancários foram convocados a retornar ao trabalho presencial pela Vipat (Vice-presidência de Atacado). A medida fere o acordo firmado entre a CEBB e a direção da empresa.

Questionado, o BB informou que não se trata de uma orientação geral e também não há convocação compulsória para volta ao trabalho presencial, diferente das informações desencontradas divulgadas de forma não oficial.

Ainda segundo a direção, caso algum funcionário queira voltar para o trabalho presencial, por questões como problemas técnicos, por exemplo, vai fazer a análise do pedido, com vistas a respeitar todos os protocolos de segurança.

Segundo o Boletim Emprego em Pauta, elaborado pelo Dieese, o número de desligamentos por morte de trabalhadores com carteira assinada cresceu 71,6% na comparação entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021. As atividades financeiras, em que os bancários se enquadram, ficou em terceiro lugar, em um *ranking* com 20 categorias. A variação entre todos os segmentos foi de 114,6%.

Quando analisada apenas a categoria bancária, a variação foi de 276,4%. No primeiro trimestre deste ano foram 152 desligamentos por óbito contra 55 em 2020. Em 12 meses foram 473 desligamentos pelo mesmo motivo.

Com dados tão alarmantes, sindicatos de todo o país se mobilizam para inclusão da categoria bancária entre as prioridades para a imunização contra o coronavírus no PNI do governo federal.

Bancários, vigilantes e prestadores de serviços estão na linha de frente no atendimento à população, inclusive realizando pagamentos fundamentais como o auxílio emergencial para 45 milhões de pessoas.

Tem mais, a pandemia não acabou. Pelo contrário. Em todo o país, o número de casos de Covid-19 apresenta elevação, inclusive especialistas alertam para a possibilidade de uma terceira onda. Na Bahia, por exemplo, a taxa de ocupação dos leitos é de 85%. Portanto, não é o momento de reduzir o trabalho remoto.



Teletrabalho tem de continuar até o fim da crise

TEMAS & DEBATES

Voto auditável é delinquência

Rogaciano Medeiros*

Na política, como na vida, as expressões “nunca” e “impossível” são sempre perigosas e podem acarretar surpresas desagradáveis, decepções. Por isso mesmo, a sociedade brasileira, as lideranças democráticas e, neste momento, acima de tudo, o STF, precisam ser rigorosos na rejeição contundente e imediata à proposta, vale sempre destacar, inconstitucional, de voto impresso e auditável.

O Brasil vive uma conjuntura político-institucional muito delicada, perigosa. O mínimo descuido pode ser fatal para a democracia e empurrar ainda mais o país para o obscurantismo. Todo cuidado é pouco. É bom não esquecer a origem colonial, escravista e violenta das elites. E quando se trata de golpear um projeto popular, aí são capazes de qualquer insanidade. Vide a história.

Se o retorno do voto impresso, que por longos anos, desde o Império e por muito tempo na República, tanto ajudou a manter no poder os latifundiários, senhores de escravo, os clãs, os “coronéis”, enfim as oligarquias, representa um retrocesso inaceitável, o voto auditável é mais um movimento golpista da extrema direita para alcançar o poder absoluto, como aliás Bolsonaro sempre admitiu. É fundamental neutralizá-lo imediatamente, com base na lei.

O voto auditável é uma imoralidade, uma delinquência eleitoral pois acaba com a inviolabilidade das urnas. Agri-de frontalmente a democracia, a vontade popular. Ofende a Constituição no âmago. Imagine, o Estado tornar público em quem cada cidadão e cidadã votou! A eleição deixa de ser livre e secreta. A sociedade torna-se refém do poder econômico e das organizações criminosas.

No Parlamento, com Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara Federal e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) do Senado, as perspectivas não são animadoras. Se faz necessário uma resistência altamente combativa. Importante também pressão total sobre o STF, além, claro, da luta política, da mobilização popular.

Aliás, as manifestações de sábado passado, em todo o Brasil, demonstram que, após algum tempo anestesiados, importantes e influentes segmentos da sociedade começam a acordar, com disposição de voltarem às ruas para contribuir na derrocada do neofascismo bolsonarista e no resgate do Estado democrático de direito. Que os deuses da democracia digam amém.

*Rogaciano Medeiros é jornalista
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Bolsonaro ignora os bancários

Sindicatos solicitaram vacinação prioritária. O governo nem retornou

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O MINISTÉRIO da Saúde segue ignorando o pedido dos sindicatos de todo o país, solicitando a inclusão dos trabalhadores das agências bancárias no PNI (Plano Nacional de Imunização). Desde dezembro as entidades e o Comando Nacional dos Bancários pedem uma reunião para discutir o assunto, que ganhou apoio de deputados federais, mas segue sem resposta.

Na Bahia, os bancários ana-

lisaram em plenária possíveis medidas a serem adotadas. Mas, até o fechamento desta edição, ainda estavam em discussão.

Desde o início da pandemia do coronavírus, o Sindicato dos Bancários trabalha para que os protocolos estabelecidos pelo Comitê de Crise sejam cumpridos. A luta agora é pela inclusão de bancários, vigilantes e prestadores de serviço na lista de prioridades da vacina contra a Covid-19, já que os trabalhadores continuam desempenhando as funções normalmente durante a crise sanitária.

O Sindicato também realizou reuniões com o secretário Estadual de Saúde, Fábio Vilas-Bosas, além de debates com o Mi-



FOTODATA INTERNET

Se o governo tivesse comprado vacina, a tragédia brasileira seria evitada

nistério Público da Bahia. No entanto, a resposta é de que seguem o PNI, estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Mesmo com o apoio da Fenaban, o governo não se sensibilizou com os pedidos do mo-

vimento sindical, enquanto a categoria segue exposta ao vírus. A luta continua de maneira incessante, já que os trabalhadores prestam serviços essenciais, mas não foram considerados prioritários na vacinação.

CEE Caixa quer debate sobre protocolos contra Covid-19

COMO o número de casos de Covid-19 voltou a subir de forma alarmante, a CEE (Comissão Executiva dos Empregados) da Caixa cobra a realização de uma reunião para debater os protocolos de enfrentamento ao coronavírus.

Os representantes dos trabalhadores solicitaram, em ofício enviado à direção da empresa, uma mesa de negociação entre os dias 7 e 11 de junho. Os protocolos de proteção precisam ser ampliados.

Os empregados do banco estão com uma exposição acentuada aos riscos de contaminação, não só porque trabalham em ambientes fechados, mas também porque realizam o paga-

mento do auxílio emergencial e outros benefícios para milhões de brasileiros.

Outra reivindicação é pela inclusão de todos os trabalhadores das agências, inclusive vigilantes e prestadores de serviços, no PNI (Plano Nacional de Imunização).



Fluxo grande na Caixa aumenta os riscos de contaminação

Sindicatos cobram resposta sobre CPA-20

A CAIXA tem de se posicionar sobre o adiamento do prazo de entrega da certificação CPA-20. Por isso, o movimento sindical cobra uma resposta ao ofício enviado à Vired (Vice-presidência de Varejo).

Há relatos de uma atualização do MN RH 142, que informa que, a partir de 1º de julho, a certificação exigida para o exercício da função de gerente geral de Rede deixa de ser CPA-10 e passa a ser CPA-20. A exigência vale também para os substitutos eventuais,

conforme previsto no MN RH 184, item 3.7.1.

Vale lembrar que o agendamento da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) está suspenso devido à pandemia do coronavírus e só poderá ser feito a partir de 15 de junho, deixando um curto espaço para a certificação.

Os empregados da Caixa não podem ser prejudicados. Já que há urgência no prazo, a Caixa deve apresentar uma resposta para os trabalhadores.

ROBERTO PARIZOTTI - FOTOS PÚBLICAS



Vacinas evitariam milhares de mortes pela Covid

Descaso mortal: país poderia ter recebido 150 milhões de doses

O BRASIL poderia ter recebido, até meados de maio, cerca de 150 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. É o que apontam os depoimentos coletados pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid.

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, comunicou que o governo cancelou a compra de 100 milhões de doses da CoronaVac, mais 18 milhões da Pfizer e cerca de 40 milhões da AstraZeneca/Oxford.

O montante poderia ser maior se incluísse o total das doses da Pfizer recusada por Bolsonaro, que chegam a 70 milhões. O governo também não apoia a reforma de uma fábrica para que seja possível a produção no Brasil de imunizantes. Quase 465 mil vidas foram perdidas para a Covid-19 e apenas 67,1 milhões de doses foram aplicadas, equivalente a 10,4% da população.

MANOEL PORTO

A lógica perversa do ultraliberalismo

Enquanto custo de vida sobe, renda desaparece

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

COMO diz o ditado popular, no Brasil, “está tudo pela hora da morte”. Alimentos, remédios, aluguel, gasolina. Não há nada que não tenha aumentado. E a pandemia não é a única responsável. Pelo contrário. A vida vinha ficando mais difícil com a política ultraliberal implantada no país desde o golpe de 2016 e aprofundada com o governo Bolsonaro.

Em maio, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os

produtos farmacêuticos foram o que mais pesaram no bolso do brasileiro, alta média de 2,98%, depois do reajuste de 10,08% nos medicamentos a partir de 1º de abril.

A energia elétrica subiu 2,31%. Além da bandeira tarifária vermelha, houve reajustes em Fortaleza, Recife e Salvador. Outros produtos têm os preços elevados quase todos os meses. É o caso do gás, que custa, em média, R\$ 100,00 em Salvador. A gasolina também não para de subir. Em 12 meses teve reajuste de 41,55%. Na capi-

tal baiana, o litro custa quase R\$ 6,00.

O que dizer dos alimentos. As carnes tiveram aumento médio de 1,77% em maio. O salário mínimo de R\$ 1.100,00 realmente não dá conta e as pessoas estão tendo de deixar de comer. Não à toa a fome voltou a assombrar. Mais de 20 milhões não têm o que comer e 117 milhões estão em insegurança alimentar. Triste Brasil.



Escalada do desemprego e da inflação penaliza os brasileiros mais pobres



Cerca de 11 milhões de segurados do INSS precisam fazer prova de vida

INSS vai retomar hoje bloqueio de benefícios

OS SEGURADOS do INSS devem ficar atentos. A partir de hoje, o Instituto Nacional do Seguro Social vai retomar o bloqueio de benefícios de aposentados e pensionistas por falta de prova de vida.

De acordo com o Instituto, cerca de 11 milhões de pessoas precisam realizar a comprovação de vida. No caso de bloqueio, suspensão de pagamento ou cessação, a regularização deve ser feita na unidade bancária em que o

pagamento do benefício é realizado ou em uma agência do INSS.

Os beneficiários cuja prova de vida venceu entre março e abril de 2020 devem realizar comprovação este mês. Já o grupo que tinha limite até junho do ano passado deve fazer em julho de 2021. E segue dessa maneira até todas as comprovações serem atualizadas. O procedimento é feito por biometria facial no aplicativo *Meu INSS* e *Meu gov.br*.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

BEM PIOR Dentro do próprio campo progressista o assunto é polêmico. Compreensível. Porém, o fato é que as boas manifestações de sábado, pelo Fora Bolsonaro, que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas em todo Brasil, deixam a feliz impressão de que a sociedade, cansada de tanto sofrimento, está descobrindo que Bolsonaro é um vírus bem pior do que a Covid.

CENSURA, SIM Com medo de beneficiar eleitoralmente Lula, a mídia nativa escondeu os massivos atos pelo Fora Bolsonaro, que tiveram grande destaque na imprensa estrangeira. Não surpreende. Os meios de comunicação no Brasil só têm compromisso com a agenda ultraliberal. Dane-se a notícia. A oposição ao presidente é por discórdia na partilha do golpe, principalmente a Globo.

NA REBORDOSA O risco de desmoralização que correm as Forças Armadas com a insistência de Bolsonaro, chefe supremo das três armas, em não permitir punição a Pazuello, por participar de ato político-eleitoral como general da ativa, começou em 2018, quando o então comandante do Exército, general Villas Bôas, intimidou o STF para não libertar Lula. Atitudes e consequências.

JÁ CHEGA As elites não podem continuar coniventes com os crimes da extrema direita. Faz muito mal ao Brasil. Se fosse no governo Lula, Dilma e até FHC, que o presidente tentasse sabotar regras sagradas das Forças Armadas para acobertar aliado eleitoral, como é o caso de Bolsonaro com Pazuello, os fuzis se fariam “compreender” rapidamente. Onde há impunidade reina o arbítrio.

BOAS NOVAS Ocorrências recentes que merecem destaque. O presidente do TSE, Roberto Barroso, garante que não haverá voto impresso e auditável. O PP nega filiação a Bolsonaro. O sanitarista Sérgio Zanetta acusa o CFM de omissão no desmonte do irresponsável “tratamento precoce”. Intelectuais judeus classificam o governo Bolsonaro de nazifascista. Lampejos democráticos.